

Interior

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES (CNPJ nº 30.681.500/0001-05), TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 33.927.775/0001-66), CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA (CNPJ nº 36.603.327/0001-03) e CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA (CNPJ nº 36.603.327/0002-86) - GRUPO TRANSLAURA.

O DOUTOR LEONARDO MARCIO LAUREANO, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE SÃO JOÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital, expedido conforme o contido no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que ficam cientes quaisquer credores, terceiros e interessados que, neste Juízo, tramitam os autos de nº 0000776-12.2023.8.16.0183, de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ajuizada na data de 05/05/2023, por ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.681.500/0001-05, com endereço na Rua Esperança, nº 528, sala B, bairro Centro, no Município de São João/PR, CEP: 85.570-000; TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.927.775/0001-66, com endereço na Rua Esperança, nº 528, bairro Centro, no Município de São João/PR, CEP: 85.570-000; CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.603.327/0001-03, com endereço na Rua Esperança, nº 528, sala D, bairro Centro, no Município de São João/PR, CEP: 85.570-000; e CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.603.327/0002-86, com endereço na Rua Reinaldo Ferreira de Souza, nº 183, Apto. 02, bairro Foz de São José/SC, CEP: 88.107-570, **adverte-se sobre o PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS para apresentação das habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, se necessário, na forma do art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais deverão conter os requisitos previstos pelo art. 9º da mesma lei, DIRETAMENTE JUNTO À ADMINISTRADORA JUDICIAL M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, cujo representante legal e profissional responsável pela condução do processo se dá na pessoa do Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES, advogado regularmente inscrito na OAB/PR sob o nº 65.066 e OAB/SP sob o nº 459.319, telefones (44) 3226-2968 / (41) 3206-2754 / (44) 99127-2968, através do endereço eletrônico habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br, ou pessoalmente no endereço da sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 776, sala 1306, Edifício World Business, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba/PR, ou na filial à Avenida Mauá, nº 2720, Zona 03, Sl. 4, Edifício Villaggio de Itália, na cidade de Maringá/PR, CEP 87050-020. Ademais, as eventuais habilitações ou divergências também podem ser realizadas diretamente no site da Administradora Judicial <https://marquesadmjudicial.com.br/>, na aba "requerimentos" / "habilitação e divergências de crédito". Ademais, ressalta-se que eventuais habilitações ou divergências apresentadas diretamente nos autos ou por dependência, durante a fase administrativa de verificação de crédito, não serão aceitas. No que tange aos créditos trabalhistas, para fins de apresentação de habilitação ou divergência, faz-se necessário a existência de sentença líquida e exigível (com trânsito em julgado), com valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (05/05/2023). Ainda, adverte-se aos credores sobre o PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, para manifestar ao Juízo sua objeção ao Plano de Recuperação Judicial que será apresentado nos autos pelas Recuperandas nos termos do art. 55 da Lei 11.101/2005. Tudo em conformidade com o resumo da petição inicial e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: As empresas são familiares, cuja operação e administração de todas as empresas do grupo, é gerenciado pela Srta. Eliane Visnieski e seu esposo, o Sr. Cremilson Vladimir Volpatto, ambos iniciaram suas carreiras desenvolvendo atividades braçais no campo da região de Santa Catarina e, posteriormente migraram para o município de São João - Paraná, onde residem e desenvolvem suas atividades empresariais até os dias de hoje. A primeira empresa fundada pelo grupo foi a ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES., fundada em junho do ano de 2018, no município de São João - Estado do Paraná, onde surgiu com o propósito de oferecer soluções de transportes rodoviários de cargas em todo território nacional, proporcionando qualidade e excelência aos seus clientes através de seus serviços prestados. Assim, mesmo diante de um cenário político e econômico caótico, mas, motivados pela força de crescer, vencer, prosperar e ampliar sua participação no mercado, no ano de 2019, o casal de empresários fundou a empresa TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. e, no ano de 2020, fundaram a empresa CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO LTDA., ambas estabelecidas no município de São João - Paraná, e, ambas surgiram com o propósito de complementar os serviços de transportes oferecidos pela primeira empresa fundada pelo grupo. Ainda, apesar de ser um grupo jovem, as Requerentes são responsáveis pela manutenção de diversos postos de trabalhos na cidade, beneficiando assim, mais de 50 famílias através do desenvolvimento de suas atividades empresariais no município de São João - Paraná, incluindo com o transporte rodoviário de: i) Transporte de Soja; ii) Transporte de Aduco; iii) Transporte de Milho; iv) Transporte de Trigo; v) Transporte de Avela; v) Transporte de Ração Animal; e vi) Transporte de Combustíveis. Assim, dentre os diversos aspectos históricos importantes do grupo, um dos mais relevantes e marcantes que, é impossível não relembrarmos e ressaltarmos, foi o papel fundamental que

as Requerentes desempenharam durante o período de pandemia "COVID-19", onde, mesmo diante das medidas restritivas impostas pelo governo, do número elevado de infectados e mortos, as Requerentes mantiveram seus colaboradores em seus postos, bem como, mantiveram suas operações em pleno funcionamento, transportando soja, adubo, milho, trigo, aveia, ração animal e combustíveis, para todo território nacional, contribuindo assim para que bens essenciais pudessem chegar até as famílias. Noutro ponto, com relação a possível constituição de Grupo Econômico, as empresas alegaram que, em atendimento ao art. 51, inciso II, alínea e, da lei 11.101/2005, e considerando o litisconsórcio ativo do presente pedido de Recuperação Judicial, cumpre esclarecer que as Requerentes, constituem um Grupo Econômico, na medida em que exercem atividades interligadas, concentram em comunhão toda a administração e gestão de suas operações, compartilhando toda a sua estrutura administrativa e operacional. Há, portanto, uma profunda interligação e interdependência operacional entre as Requerentes, que evidenciam a presença de um único empreendimento, uma única empresa enquanto atividade econômica. Da mesma forma, com base na análise da documentação societária ora encartada e das razões que serão adiante expostas, ressalta-se que a crise financeira e as dívidas que embasam o presente pedido de Recuperação Judicial são comuns e afetam diretamente as empresas Requerentes pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, de maneira que a eventual inadimplência de qualquer uma delas trará consequências patrimoniais diretas sobre as outras, tendo em vista a outorga de inúmeras garantias recíprocas (as "garantias cruzadas"). Nesse sentido, e considerando todos os documentos que embasam a inicial, não resta dúvida acerca da existência do Grupo Econômico, que é regido sob a mesma estrutura formal, considerando unicidade gerencial, patrimonial e com o mesmo objetivo, cujos conceitos estão baseados nos artigos 243 e seguintes da Lei nº 6.404/1976. Assim, considerando as características do presente pedido de Recuperação Judicial, o Grupo Econômico deve ser reconhecido, sob a Teoria da Consolidação Substancial, aplicável nas hipóteses em que se verifica a confusão patrimonial por gestão centralizada, garantias cruzadas entre empresas integrantes do grupo e atuação conjunta para o mesmo objetivo e ramo de atividade. Dessa forma, diante das características comuns às empresas que estão no polo ativo deste pedido de recuperação judicial, especialmente, as dívidas contraídas por elas, tal como descritas na relação de credores, e as respectivas garantias cruzadas prestadas, demonstram uma interligação entre as Requerentes que não só permite, como também, impõe o processamento conjunto para que elas superem suas dificuldades econômico-financeiras. Assim, considerando essas razões, juridicamente entendeu ser cabível o processamento de um único processo de recuperação judicial em favor das Requerentes, consubstanciado na formação do grupo econômico de fato. Ainda, no que tange as razões da crise enfrentada pelo Grupo, essas inicialmente esclareceram que, sempre desenvolveram suas atividades de forma sólida, contando com crescimento gradativo de sua capacidade, faturamento, negócios, estrutura operacional e organizacional. Contudo, sabe-se que a atividade empresarial não está alheia às várias intercorrências do cenário da economia nacional e internacional, as quais afetaram a solidez e a pujança das atividades das Requerentes, principalmente no tocante às incertezas no cenário político, as altas taxas de juros, escassez de crédito e queda no preço das commodities. Dessa forma, informaram que seu infortúnio iniciou em meados de 2018, logo no início de suas atividades, em meio a incerteza no cenário econômico do país, causada pela greve nacional dos caminhoneiros. A referida greve se iniciou em virtude das constantes oscilações e aumento frequente do preço do litro do óleo diesel, que acarretou a paralisação de caminhoneiros autônomos com extensão nacional e que influenciou drasticamente nas atividades do transportador rodoviário de cargas. Como se não bastasse os sucessivos problemas enfrentados no cenário político e econômico do país há décadas, no dia 11 de março do ano de 2020 o diretor geral da Organização Mundial da Saúde "OMS" anunciou que o mundo estava diante de uma doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e, que tratava-se na verdade de uma pandemia, diante desse cenário, os países implementaram uma série de medidas restritivas para evitar a locomoção e aglomeração de pessoas, interrompendo as atividades econômicas e financeiras não só no Brasil, mas no mercado global em geral. É de notável evidência que a chegada da Pandemia do COVID-19 no ano de 2020 ocasionou um relevante abalo econômico-patrimonial do setor de serviços, que é um dos mais importantes para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Embora houvesse o empenho das empresas em manter o funcionamento de suas atividades, os recorrentes isolamentos e até mesmo o distanciamento social foram vultosos causadores do enfraquecimento do setor de serviços. Entretanto, mesmo diante de tamanho cenário caótico, as Requerentes sempre mantiveram seus colaboradores em seus postos de trabalho durante todo o período de pandemia, mantendo assim, suas atividades em pleno funcionamento, buscando, inclusive, a preservação da sua função social. Todavia, devido aos custos operacionais elevado, e diante da pressão de seus clientes para que sua frota de caminhões fosse renovada, sob pena de perderem os contratos por não atenderem aos requisitos necessários para o transporte das cargas específicas, as Requerentes se viram obrigadas a ampliar sua frota de caminhões, buscando reduzir os altos custos operacionais com manutenção e combustível e, principalmente, para atender aos requisitos de transporte de cargas, impostas pelos seus clientes, fato esse que culminou em um endividamento exorbitante junto as instituições financeiras, devido as altas taxas de juros impostas pelo governo e pelos bancos. Ainda, ressaltaram que, correndo contra o tempo para honrar e manter em dia os seus compromissos junto as instituições financeiras, em outubro do ano de 2022, infelizmente um caminhão da frota das Requerentes que transportava fertilizantes, tombou na região de Minas Gerais, acarretando em um prejuízo na ordem de R\$ 700.000,00 mil reais, visto que, o mesmo não tinha seguro, teve que ser rebocado, consertado e, além disso, ficou parado durante o seu conserto por um período de 90 dias, sem gerar nenhuma receita, a partir desse momento a crise financeira que já preocupava as Requerentes, instalou-se, inclusive, sendo

agravada m decorrência das sucessivas quedas do preço da soja, que é o principal produto transportado pelo Grupo, representando 70% do seu faturamento mensal. Deste modo, em síntese, apresentaram que a crise econômica e financeira agravou-se instalou-se pelos seguintes fatores: i) Instabilidade Econômica "taxa de juros elevada e aumento do custo para financiamento da frota de caminhões"; ii) perda de 1 caminhão; iii) queda do preço da soja; iv) aumento dos custos operacionais; e v) inadimplência e atrasos nos recebimentos de clientes. Assim, para enfrentar e superar a crise abordada, o Grupo apresentou que possuem potencial para sperar a situação momentânea da crise econômica e financeira, principalmente pela frota de caminhões que possuem, pelos recursos materiais, recursos humanos, experiência da qual dispõem no mercado e na própria potencialidade desse segmento da economia, sem perder de vista que seus serviços são essenciais a vários propósitos vinculados à economia nacional, portanto, tendo expressiva importância no cenário econômico do país. Portanto, apontam que será adotado as seguintes medidas como forma de superar a atual crise financeira: i) reestruturação do endividamento; ii) reequilíbrio de recursos financeiros operacionais; iii) captação de investidores e financiadores; e iv) captação de novos clientes. Ainda, em virtude das situação do Grupo, as empresas alegaram que se enquadrariam perfeitamente no conceito previsto no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, requerendo assim que, após o despacho de deferimento de processamento, fosse garantido, ainda que em caráter provisório, a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive, daquelas dos credores particulares dos sócios solidários, relativas aos créditos ou obrigações sujeitos à Recuperação Judicial. Por fim, requereram o processamento do pedido de RJ do Grupo Empresarial, o protocolo em sigilo da relação de bens particulares dos sócios, dando a causa o valor de **R\$ 10.276.053,81 (dez milhões duzentos e setenta e seis mil cinquenta e três reais e oitenta e um centavos)**.

RESUMO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (mov. 45.1): Ante a exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira enfrentada pelas Requerentes, com a juntada dos documentos impostos pelo artigo 51 da Lei nº 11.101/2005, tem-se que foi recebido a inicial, sendo cabível o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial das empresas CREMILSON VALDEMIR VOLPATO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., inclusive, com a consolidação processual e substancial dos devedores. Procede com às seguintes medidas administrativas e judiciais: Nomeio M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ADMINISTRADORA JUDICIAL, inscrita no CNPJ nº 07.166.865/0001-71, sob a responsabilidade do sócio Marcio Roberto Marques (OAB/PR nº 65.066), que deverá ser intimada para dizer se aceita o encargo (art. 21 da Lei n. 11.101/2005). Ressalta-se, neste ponto, que a nomeação anteriormente realizada para realização da perícia prévia não vincula a nomeação do administrador judicial que irá acompanhar o processamento da recuperação. Deste modo, determinou a expedição do termo de compromisso, a intimação do Administrador Judicial para que esse, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, firme o termo de compromisso, fazendo-o por meio de assinatura eletrônica, bem como, fixando a remuneração do Administrador Judicial em 2% (dois por cento) do valor devido aos credores submetidos à Recuperação Judicial, remuneração essa que inclui a realização da constatação prévia. Ainda, autorizo a: i) dispensa da apresentação de certidões negativas para que a empresa autora exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 52, II, da Lei n. 11.101/2005); ii) a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e dos Municípios de São João/PR e São José/SC, para fins de tomarem conhecimento da Recuperação Judicial e informem eventuais créditos perante os devedores; iii) a inclusão pelo cartório, no cadastro processual, da expressão "em Recuperação Judicial"; vi) a expedição de ofício às Juntas Comerciais dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para anotação da recuperação judicial; v) a suspensão das execuções pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (*stay period*), contados do presente decisório de deferimento do processamento, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional (art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005); vi) a suspensão de todas as ações e as execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário (art. 6º, inc. II, 52, inc. III da Lei nº 11.101/2005); vii) o prosseguimento nos juízos nos quais estiverem se processando as ações que demandem quantia ilíquida, bem como, os créditos trabalhistas até apuração do respectivo crédito (art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.101/2005); viii) o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas pelos credores titulares da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de bem imóvel, não se permitindo, contudo, durante o período de suspensão (*stay period*), a venda ou a retirada do estabelecimento dos devedores dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, § 3º da Lei n. 11.101/2005); ix) o prosseguimento das execuções fiscais, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais (art. 6º, § 7º-B da Lei 11.101/2005); x) a determinação que cabe aos devedores a comunicação da suspensão aos juízos competentes (ar. 52, § 3º da Lei nº 11.101/2005); xi) a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens dos devedores (art. 6º, inc. III da Lei nº 11.101/2005). Ainda, determinou que, havendo o decurso do período de suspensão (*stay period*) sem a deliberação a respeito do plano de recuperação judicial proposto pelos devedores, fica facultado aos credores a propositura de plano alternativo (art. 6º, § 4º-A, *caput* da Lei nº 11.101/2005), devendo ser observado que: i) as suspensões e proibições anteriormente referidas não serão aplicáveis caso os credores não apresentem plano alternativo (art. 6º, § 4-A, inc. I da Lei nº 11.101/2005) e que essas perdurarão por 180 (cento e oitenta)

dias contados do fim do período de suspensão ou da realização da assembleia-geral de credores, caso os credores apresentem o plano alternativo no prazo de 30 (trinta) dias (art. 6º, §4º-A, inc. II da Lei nº 11.101/2005). Outrossim, determina também a intimação do Administrador Judicial para que, no prazo de 5 (cinco) dias apresente minuta de edital, nos termos da lei (art. 52, § 1º da Lei n. 11.101/2005), o qual será devidamente publicada no Diário da Justiça Eletrônica, contendo: i) o resumo do pedido dos devedores e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial (art. 52, § 1º, inc. I da Lei nº 11.101/2005); ii) a relação nominal de credores, em que se discrine o valor atualizado e a classificação de cada crédito (art. 52, § 1º, inc. II da Lei nº 11.101/2005); e iii) a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos e, também, para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial. Ainda, prosseguiu determinando que os devedores apresentem: i) plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, sob pena de convalidação em falência (arts. 53, *caput* e 73, inc. II da Lei nº 11.101/2005); ii) a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação judicial a serem empregados e seu resumo; iii) demonstração de viabilidade econômica; iv) laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e dos ativos dos devedores subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada; v) que o plano não poderá prever prazo superior, em regra, a 1(um) ano para pagamento dos créditos trabalhistas, mas, excepcionalmente, referido prazo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender, cumulativamente, as garantias julgadas suficientes pelo juiz, a aprovação dos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista e a garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas; vi) que o plano não pode prever prazo superior a 30 (trinta) dias para pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial (art. 54, § 1º da Lei nº 11.101/2005). Assim, após a apresentação do plano, determinou que: i) a expedição do edital, com o aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação judicial e o prazo para manifestação de eventuais objeções; ii) a intimação do Administrador Judicial para que no prazo de 10 (dez) dias manifesta acerca do plano; e iii) a abertura de vista dos autos ao Ministério Público, para que no prazo de 10(dez) dias se manifeste acerca do plano. Por fim, advertiu o Administrador Judicial, as Recuperandas e os Credores quanto suas obrigações e deveres para o regular prosseguimento do feito recuperacional, determinando o cumprimento das determinações normativas pertinentes da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDITORES:

CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: Inexistem credores na presente classe.

CLASSE II - CRÉDITOS COM GARANTIA REAL:

Recuperanda Cremilson Valdemir Volpato Ltda.: Banco Volvo (Brasil) S.A. (CNPJ nº 58.017.179/0001-70) - R\$ 935.436,32; Sicredi Iguazu PR/SC/SP (CNPJ nº 84.974.278/0001-50) - R\$ 1.271.863,94; Banco Bradesco S.A. (CNPJ nº 60.746.948/0001-12) - R\$ 1.377.715,41; Banco Volkswagen S.A. (CNPJ nº 59.109.165/0001-49) - R\$ 936.078,05; Cresol Liderança (CNPJ nº 02.934.201/0001-91) - R\$ 1.071.700,00.

Recuperanda Eliane Visnieski Transportes: Sicredi Iguazu PR/SC/SP (CNPJ nº 84.974.278/0001-50) - R\$ 210.050,69; Banco Volkswagen S.A. (CNPJ nº 59.109.165/0001-49) - R\$ 2.087.639,25; Banco Itaúcard S.A. (CNPJ nº 17.192.451/0001-70) - R\$ 1.923.951,02.

Recuperanda Translaura Transp. Rodoviários Ltda.: Sicredi Iguazu PR/SC/SP (CNPJ nº 84.974.278/0001-50) - R\$ 204.503,07; Banco Itaúcard S.A. (CNPJ nº 17.192.451/0001-70) - R\$ 257.116,06.

CLASSE III - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: Inexistem credores na presente classe.

CLASSE IV - CRÉDITOS ME/EPP: Inexistem credores na presente classe.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma só vez no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta Comarca de São João, do Estado do Paraná, aos 13 de julho de 2023. Eu, Gislene Maria Nuernberg Dalmolin, Técnica Judiciária, conferi e subscrevi.

LEONARDO MARCIO LAUREANO

Juiz de Direito